

ÁREA TEMÁTICA: ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

**CONSEQUÊNCIAS INVISÍVEIS DA MINERAÇÃO: AUMENTO DA EXPLORAÇÃO
E ABUSO SEXUAL DE MULHERES.**

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos invisíveis da mineração nos arredores de locais interioranos, com ênfase na exploração sexual e na vulnerabilidade das mulheres nesses contextos. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica que discute a interseção entre gênero, mineração e violência. Para realizar a análise, escolhemos a Análise Temática Reflexiva – ATR, que consiste em “um método para identificar sistematicamente, organizar e oferecer insights sobre padrões de significado (temas) em um conjunto de dados” (BRAUN e CLARKE, 2014, p.57). A partir da transcrição do documentário “Sexo, ouro e violência: A perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia” (2023), a ATR foi realizada em 4 fases. Sendo elas: (i) a exploração sexual e a vulnerabilidade feminina em contextos mineradores; (ii) a lógica capitalista que transforma corpos em mercadorias; (iii) a ausência de políticas públicas e a omissão do Estado; e (iv) as narrativas e experiências de resistência das mulheres que enfrentam cotidianamente a violência. Concluímos que a mineração, além do progresso econômico, está profundamente vinculada ao agravamento das desigualdades sociais e à violência de gênero. O estudo revelou que, em contextos mineradores, as mulheres se tornam alvos de exploração sexual, assédio e violência psicológica, evidenciando um padrão estrutural de opressão sustentado por relações patriarcais, racistas e capitalistas. Ao problematizar essas questões no campo dos estudos organizacionais, apontamos que a mineração não deve ser entendida apenas em seus impactos econômicos, mas também como fenômeno social que transforma corpos, comunidades e relações de poder.

Palavras-chave: mineração; exploração sexual; gênero; vulnerabilidade; Amazônia.

Abstract: This research aims to analyze the invisible impacts of mining on rural areas, with an emphasis on sexual exploitation and the vulnerability of women in these contexts. To this end, a literature review was conducted that discusses the intersection between gender, mining, and violence. To perform the analysis, we chose Reflective Thematic Analysis (RTA), which consists of “a method for systematically identifying, organizing, and providing insights into patterns of meaning (themes) in a data set” (BRAUN and CLARKE, 2014, p.57). Based on the transcript of the documentary “Sex, Gold, and Violence: The Dangerous Life of Women in the Amazon Gold Mines” (2023), the RTA was conducted in four phases. These were: (i) sexual exploitation and female vulnerability in mining contexts; (ii) the capitalist logic that transforms bodies into commodities; (iii) the absence of public policies and the omission of the State; and (iv) the narratives and experiences of resistance of women who face violence on a daily basis. We concluded that mining, in addition to economic progress, is deeply linked to the worsening of social inequalities and gender violence. The study revealed that, in mining contexts, women become targets of sexual exploitation, harassment, and psychological violence, evidencing a structural pattern of oppression sustained by patriarchal, racist, and capitalist relations. In addressing these issues in the field of organizational studies, we point out that mining should not be understood solely in terms of its economic impacts, but also as a social phenomenon that transforms bodies, communities, and power relations.

Keywords: mining; sexual exploitation; gender; vulnerability; Amazon.

1. Introdução:

A mineração é frequentemente associada ao progresso econômico e ao desenvolvimento. Entretanto, por trás dessa promessa, esconde-se uma realidade marcada que vai além da degradação ambiental, pela intensificação das desigualdades sociais e pela violência de gênero. Em regiões mineradas, como a Amazônia e cidades de Minas Gerais, mulheres e crianças tornam-se as principais vítimas de exploração sexual, assédio e exclusão, em um cenário em que o lucro é colocado acima da dignidade humana.

Do ponto de vista social, o problema é grave porque atinge populações vulneráveis, que enfrentam precarização das condições de vida, desestruturação comunitária e invisibilidade de suas vozes. Sob a perspectiva científica, existe uma lacuna nos estudos sobre mineração: a exploração sexual e os impactos de gênero ainda são pouco abordados, apesar de centrais na realidade dessas comunidades (JENKINS, 2014; LAHIRI-DUTT, 2011). Já no campo prático, este estudo busca dar visibilidade às mulheres afetadas, ampliando a compreensão sobre como o extrativismo capitalista também transforma seus corpos em mercadorias e perpetua ciclos de opressão.

A promessa de desenvolvimento promovida pela mineração frequentemente oculta uma realidade turva, como a intensificação da violência sexual e da desigualdade social, especialmente em relação às mulheres de classes populares que vivem nas proximidades das áreas onde as mineradoras se instalam.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) O índice de estupro de vulneráveis foi de 87.545 pessoas no Brasil, o maior registrado até o momento, deste montante, 36,2% são da região afetada pela atividade de garimpo na Amazônia. Reforçando assim, os dados analisados pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2022), no qual apontam como as mulheres e crianças indígenas tornam-se alvos invisíveis de abuso sexual, constantemente ameaçadas pelos invasores/mineradores, sob um sistema que dá prioridade ao lucro e destrói a integridade do corpo feminino.

A exploração sexual, nesse cenário, não se configura como um episódio isolado, mas sim como uma grave violação dos direitos humanos, impulsionada por altos índices de pobreza, exclusão social, estruturas patriarcais, racismo e a ausência de políticas públicas eficazes.

De acordo com o estudo de Chaves e César (2019), há um negligenciamento histórico das mulheres na região Amazônica, consequência de processos estruturais marcados pelo patriarcado, pelo racismo e pela desigualdade. Os autores supracitados buscaram trazer esse apagamento, onde demonstram que a representação da Amazônia como uma região composta apenas por vegetação e rios, ou seja, uma construção que desumaniza suas populações e contribui para a sua exclusão política e social. Nessa ótica, que ignora as realidades sociais locais, contribui para a ocultação da violência sofrida pelas mulheres na Amazônia, o que impede que sejam reconhecidas e atendidas de forma efetiva pelas políticas públicas.

Em estudos sobre comunidades mineiras e exploração sexual a autora Malomalo (2020) ressalta que a presença de empresas mineradoras contribui para a criação de uma economia sexualizada, na qual mulheres os jovens racialmente marcadas passam a ser tratadas como serviços disponíveis, num sistema marcado pelo mercado e exploração de seus corpos.

Seguindo essa linha de raciocínio que pode ser observada em outras regiões

das quais foram marcadas por atividades como estas, tendo as cidades do estado de Minas Gerais como referência, Brumadinho, Mariana e Ouro Preto. Segundo um trabalho acadêmico da universidade UFOP, Silva (2024); Caldeira & Rocha (2023), revelam como o avanço da mineração, em especial sobre a responsabilidade da Vale, contribui para o aumento da vulnerabilidade feminina, da exploração sexual e da negligência institucional em relação às mulheres que vivem à margem desses territórios explorados.

A pergunta que orienta esta pesquisa é: de que forma a exploração sexual e a vulnerabilidade feminina se manifestam em contextos mineradores, e como a ausência do Estado contribui para a normalização dessas violências?

Partindo dessa questão tem-se o objetivo geral analisar os impactos invisíveis da mineração, com foco na exploração sexual e na vulnerabilidade de mulheres em territórios minerados. Já os objetivos específicos são: i) discutir como a temática da exploração sexual é retratada em contextos mineradores; ii) analisar a mercantilização dos corpos femininos na lógica extrativista capitalista; iii) avaliar a ausência de políticas públicas e a omissão estatal diante dessas violências; iv) destacar as narrativas de resistência das mulheres que enfrentam essas realidades; v) e por fim, tendo como limite de investigação, o trabalho se concentra em uma análise fílmica do documentário “*A perigosa vida das mulheres no garimpo da Amazônia* (2023)”, além do uso de referenciais teóricos do feminismo e estudos de gênero em mineração.

Academicamente, o tema ainda é novo, o que revela a lacuna teórica a ser abordada neste estudo, de problematizar essas experiências como parte do debate sobre desenvolvimento, violência e justiça social. Jenkins (2014) aponta que essas questões de gênero quase não aparecem nas pesquisas, mesmo sendo parte importante da realidade feminina nesses locais. Outros estudos, como o de Abrahamsson e colegas (2023), mostram que é raro encontrar trabalhos que falem sobre temas como machismo, abuso ou as diferentes formas de opressão vividas pelas mulheres.

Além disso, na América Latina, políticas voltadas ao setor minerador normalmente não incluem as mulheres nem as comunidades mais vulneráveis (Arellano-Yanguas, 2019). Assim, este artigo pretende contribuir para a construção de um olhar mais atento e comprometido com a dignidade das populações atingidas, especialmente das mulheres, cuja dor segue sendo ignorada por grande parte da sociedade, da mídia e do poder público.

Para sustentar essa reflexão, estruturamos o artigo da seguinte forma, após esta introdução, apresentando as principais abordagens conceituais e teóricas que fundamentam a pesquisa. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico, a análise e discussão dos resultados e, por fim, nossas considerações finais, que reforçam a necessidade de repensar as políticas públicas e as práticas sociais diante dos impactos da mineração, bem nossas limitações teóricas e práticas por se tratar de um trabalho de conclusão de curso.

2. Fundamentação Teórica:

Para a compreensão da origem e da profundidade em que as mulheres são afetadas pelas atividades da mineração, parte-se da leitura de Maria Lugones (2007). A autora destaca que a divisão sexual do trabalho e a inferiorização dos corpos racializados são elementos centrais para entender a lógica de opressão. No cenário da mineração, tais aspectos se manifestam na naturalização da prostituição

como fonte de sobrevivência para mulheres pobres e racializadas. Assim, Lugones (2007) possibilita compreender que a exploração mineradora não incide apenas sobre a terra, mas também sobre os corpos sobretudo os femininos.

Mantendo esse mesmo sentido, o documentário “*Sexo, ouro e violência: A perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia*” (2023), oferece um material audiovisual e impactante que confirma e amplia esse pensamento. O documentário revela de perto as múltiplas formas de violência enfrentadas por mulheres em contextos de mineração ilegal, expondo um cenário marcado por medo, assédio, prostituição forçada e exploração extrema. Além disso, evidencia como a ausência de políticas públicas e a negligência do Estado criam um terreno propício para a naturalização da violência, reforçando a percepção das mulheres como corpos desumanizados e descartáveis diante da lógica extrativista.

As mulheres vítimas dessa realidade são afetadas tanto de forma direta quanto indireta. Segundo Jenkins (2014), os impactos diretos envolvem o aumento da exploração sexual, do assédio, da violência doméstica, além da perda de autonomia sobre seus corpos e da exclusão nos processos decisórios de suas comunidades. Já os impactos indiretos recaem sobre a responsabilidade exclusiva do cuidado da casa e dos filhos, enquanto os homens são absorvidos por ciclos instáveis de trabalho e migração.

Complementando essa ótica, Souza e Ferraz (2023) analisam como, na sociabilidade contemporânea, há uma nova dinâmica em que o capitalismo rompe com a separação entre produção e reprodução, tornando-as uma só. Assim, o que Jenkins (2014) apresenta como efeitos indiretos da mineração, Souza e Ferraz (2023) interpretam como resultado direto da expansão do capitalismo. Para sustentar essa análise, compõe-se com Marx (2013), Kergoat (2009), Montenegro (1981) e Saffioti (2001). A divisão sexual do trabalho, nesse contexto, reforça que a produção é associada à vocação natural dos homens, enquanto a reprodução da vida e do trabalho é atribuída às mulheres como responsabilidade intrínseca (SOUZA; FERRAZ, 2023).

Essa lógica também atravessa as mulheres que conseguem penetrar o espaço da mineração. Segundo Macedo et al. (2012), muitas delas acabam ocupando funções relacionadas à destreza, delicadeza e cuidado, ganhando maior inserção à medida que novas tecnologias surgem. Contudo, Quirino (2011) demonstra que, mesmo com formação e experiência, mulheres são frequentemente designadas a funções administrativas ou de suporte, desvinculadas de suas atribuições técnicas, o que as marginaliza dentro do espaço produtivo e reforça, novamente, a divisão sexual do trabalho.

As desigualdades também se refletem na remuneração. Estima-se que cerca de 18% das mulheres que atuam na mineração no Brasil não recebem qualquer pagamento (IBASE, 2016). Essa defasagem empurra muitas para a vulnerabilidade econômica e social, em alguns casos para a prostituição como forma de sobrevivência. Silvia Federici (2017), em *Calibã e a Bruxa*, demonstra que a violência sexual historicamente foi utilizada como estratégia de dominação política e econômica, servindo como instrumento de controle sobre os corpos femininos.

Essa leitura encontra nos estudos de Chaves e César (2019), que evidenciam como a violência contra as mulheres na Amazônia não é episódica, mas sim parte de um silenciamento histórico. Tal prática de ocultamento é reforçada pelo que Lahiri-Dutt (2011) identifica como a invisibilidade das experiências femininas nos discursos oficiais sobre desenvolvimento. Manchetes como “A Importância da Mineração para a Economia do Brasil” ou “Atividade Mineradora: Desenvolvimento

Econômico e Impactos Socioambientais” exemplificam narrativas que exaltam o crescimento econômico e apagam os efeitos sociais, especialmente os que recaem sobre mulheres e meninas.

Esse tipo de discurso midiático e político contribui para desvalorizar pesquisas críticas, favorecendo uma imagem positiva da mineração e obscurecendo suas consequências sociopolíticas. Como ressalta Lahiri-Dutt (2011), tais práticas resultam na exclusão das mulheres dos espaços de decisão e reforçam sua inserção precária e invisível. Isso demanda a formulação de políticas públicas que contemplem a centralidade das mulheres, não apenas como vítimas, mas como agentes de resistência e transformação.

Ampliando essa discussão, Jenkins (2014) destaca que, embora profundamente impactadas, as mulheres não têm suas vozes consideradas nos projetos mineradores. Ainda assim, constroem formas de resistência ao denunciar abusos, reivindicar direitos e se organizar em movimentos sociais. Nesse sentido, Raquel Gutiérrez Aguilar (2014) contribui ao analisar as formas de comunalidade e resistência coletiva, nas quais mulheres lideram redes de cuidado, solidariedade e luta política, rompendo com a imagem de mera passividade e evidenciando seu protagonismo em cenários de opressão.

Portanto, é possível afirmar que a mineração não impacta apenas o mercado de trabalho e as relações produtivas, mas reconfigura todo o tecido social das comunidades em que se instala. As atividades mineradoras alteram a organização econômica, social e política, intensificando desigualdades de gênero e aprofundando situações de violência.

3. Metodologia:

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza qualitativa, por buscar compreender experiências, significados e impactos sociais relacionados à exploração sexual e à vulnerabilidade feminina em territórios minerados. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que reúne produções acadêmicas, relatórios institucionais e materiais audiovisuais como o documentário *“Sexo, ouro e violência: A perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia”* (2023). Essa escolha metodológica possibilita tanto o embasamento teórico quanto a análise de registros empíricos, permitindo uma interpretação crítica sobre como a mineração afeta mulheres e crianças em contextos de vulnerabilidade social.

Partindo do objetivo de analisar os impactos invisíveis da mineração, com foco na exploração sexual e na vulnerabilidade de mulheres e crianças ao redor dos territórios mineradores nas cidades interioranas, adotamos uma abordagem qualitativa e que pelo caráter interpretativista, nos permite identificar como a vivência da experiência social é criada adquirindo significados (Denzin; Yvonna Lincoln, 2006).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi do tipo documental e bibliográfica. A parte bibliográfica que cabe à pesquisa foi o levantamento realizado para o delineamento da lacuna teórica, levando em consideração as palavras-chave “mulheres”, “mineração”, “exploração” e “abuso sexual”. Para esta busca foram utilizadas as bases SciELO, Google Scholar e CAPES Periódicos, e foram encontrados ao todo 27 trabalhos, dentre eles, teses, dissertações e artigos científicos. Após a leitura prévia, exclusão dos idênticos e seleção para leitura aprofundada, restaram 11 trabalhos, o que destaca a nossa lacuna teórica,

contribuindo para a discussão do tema e o avanço na área dos estudos organizacionais.

A parte que cabe ao documental é caracterizada pela utilização de documentos sem tratamento analítico ou que precisam ser preparados de acordo com os objetivos da pesquisa (GODOY, 1995), tendo os *Anuários de Segurança Pública* (2025), o referencial do *IBASE* (2016), o *ISA* (2020) e o documentário como os principais documentos analisados.

A escolha do documentário foi baseada na relevância do tema, no atendimento ao recorte do estudo e aos objetivos da pesquisa, sendo ele “Sexo, ouro e violência: a perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia, (2023)”, cuja a ficha técnica está disponível em forma de quadro na nota de fim deste artigo. Para análise do corpus, transcrevemos parcialmente o documentário com a utilização da ferramenta Google Docs, totalizando 4 páginas. A transcrição foi posteriormente revisada para garantir a integridade da transcrição e analisamos por meio da análise temática reflexiva.

A Análise Temática Reflexiva – ATR, consiste em “um método para identificar sistematicamente, organizar e oferecer insights sobre padrões de significado (temas) em um conjunto de dados” (BRAUN e CLARKE, 2014, p.57). A partir da transcrição do documentário, a ATR foi realizada em 4 fases.

Na fase 1, é a descoberta e a familiarização com o tema, então, reproduzimos o episódio parcialmente, fazendo anotações, construindo as primeiras ideias e o que nos permitiu que identificassem os primeiros impactos da mineração na região da Amazônia, e como os padrões se moldam conforme a literatura abordada anteriormente, respondendo aos objetivos da pesquisa (BRAUN e CLARKE, 2014). Desta forma, o padrão identificado foi a exploração sexual, impulsionada por altos índices de pobreza, exclusão social, estruturas patriarcais, racismo e a ausência de políticas públicas eficazes.

Na fase 2 sintetizamos os conteúdos para interpretação de forma que fossem identificados padrões para posterior adequação dos temas. Essa análise foi realizada com base nas nossas interpretações e subjetividades e nas influências dos objetivos de pesquisa e do referencial teórico utilizado.

Na fase 3 agrupamos os códigos que possuíam características semelhantes, de modo a descreverem padrões significativos nos dados. Nesse sentido, a partir análise do corpus e da interseccionalidade enquanto perspectiva teórica e metodológica, identificamos os seguintes temas e subtemas: 4.1 - A exploração sexual e a vulnerabilidade feminina em contextos mineradores; 4.2 - A forma com que os corpos femininos são tratados como mercadorias dentro da lógica extrativista capitalista; 4.3 - O papel do Estado na ausência de políticas públicas e a sua omissão do diante da exploração sexual; 4.4- As narrativas e as experiências de resistência das mulheres que enfrentam a violência cotidiana nesses territórios.

Posteriormente, na fase 4, revisamos e relacionamos os temas com os dados produzidos na pesquisa, a fim de realizar uma análise mais aprofundada do tema.

4. Análise e Discussão dos Resultados:

4.1 A exploração sexual e a vulnerabilidade feminina em contextos mineradores:

A exploração sexual em regiões mineradoras deve ser entendida como parte de uma engrenagem estrutural que articula patriarcado, colonialidade e capitalismo.

Como observa Jenkins (2014), as mulheres são desproporcionalmente afetadas pelos impactos da mineração, enfrentando não apenas a violência física e simbólica, mas também a exclusão sistemática dos processos decisórios em suas comunidades. O documentário “Sexo, ouro e violência: A perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia” (2023) ilustra de maneira contundente essa realidade, ao apresentar relatos de mulheres submetidas a um cotidiano de medo, assédio e prostituição forçada. A chegada massiva de trabalhadores migrantes e o aumento abrupto da circulação de capital nesses territórios produzem um ambiente em que os corpos femininos se tornam alvo direto da mercantilização, reforçando a vulnerabilidade de mulheres e meninas, como é possível verificar.

O documentário começa trazendo de forma sensível a história de Dayane. Trabalhou como cozinheira, garçonne, operadora de máquina, e nessas diversas funções passou por humilhações, ameaças, assaltos à mão armada e situações de abuso. Em uma fala que resume bem a vulnerabilidade enfrentada pelas mulheres nesses lugares, ela diz:

“Mulher é muito humilhada lá. De levar tapa na cara, de ser gritada. A mulher que trabalha no bar é arriscado de ter violência. Já aconteceu comigo mesma, de eu estar dormindo no quarto e o rapaz pular por cima e botar a arma na minha cabeça porque eu falei que não ia sem dinheiro.”

Dayane, 12:04

Um pouco antes, a partir de 9 minutos e 11 segundos, mostra a apresentação da história de Raiele Dantas, jovem de 26 anos, mãe de dois filhos, brutalmente assassinada em um contexto de violência. É intensificado aos 9 minutos e 38 segundos, quando sua mãe, Rosilda, concede um depoimento carregado de dor e indignação, descrevendo os abusos e a negligência enfrentados por sua filha. A cena é construída com elementos estéticos que reforçam o caráter afetivo e político do relato. Os enquadramentos fechados no rosto de Rosilda, o ritmo pausado da montagem e o uso do silêncio como marca do sofrimento reprimido operam como estratégias de filmagem que aproximam o espectador da experiência da perda e da violência.

O depoimento de sua irmã, Railane, traz à tona o medo constante que permeia a vida das mulheres nesses territórios: “Sempre a gente via essa questão, de mulher ser morta em garimpo. Sempre teve isso, hoje tenho medo de viver no garimpo.” A morte de Raiele não é apresentada como um caso isolado, mas como um reflexo de um padrão de violência estrutural contra mulheres em territórios onde a lei não chega e a impunidade é regra.

Esse processo não é restrito à Amazônia. Estudos de Chaves e César (2019) apontam que a invisibilização das mulheres amazônidas nos discursos oficiais contribui para a naturalização da violência, ao passo que pesquisas de Silva (2024) e Caldeira & Rocha (2023) revelam dinâmicas semelhantes em municípios de Minas Gerais afetados pela mineração. Nesse sentido, a exploração sexual aparece como resultado de estruturas históricas de exclusão, em que pobreza, desigualdade de gênero e racismo se entrecruzam, colocando mulheres em um lugar de extrema vulnerabilidade social, como relatado no documentário.

Além disso, a vulnerabilidade feminina nesses territórios não deve ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como resultado de um processo histórico que articula desigualdade de gênero, racismo estrutural e exclusão social.

Como ressaltam Chaves e César (2019), a invisibilização das mulheres amazônidas nos discursos oficiais contribui para perpetuar a violência, retirando delas o direito de reconhecimento como sujeitos políticos. Essa dinâmica também é observada em Minas Gerais, em municípios como Mariana e Brumadinho, onde estudos apontam que as tragédias mineradoras intensificaram a precarização da vida feminina, ampliando a dependência econômica e o risco de violência doméstica (SILVA, 2024; CALDEIRA; ROCHA, 2023). Dessa forma, o documentário não apenas retrata casos individuais, mas revela como a exploração sexual e a violência contra mulheres fazem parte de uma engrenagem social e econômica muito mais ampla.

A mercantilização dos corpos femininos, observada em regiões de mineração, reflete uma lógica extrativista capitalista que reduz tanto os territórios quanto as mulheres à condição de objetos descartáveis, o que nos leva à próxima análise.

4.2 Os corpos femininos como mercadorias na lógica extrativista capitalista:

No garimpo a lógica da troca monetária se estende para as relações interpessoais, legitimando a ideia de que o corpo da mulher pode ser apropriado e consumido. Lugones (2007), ao desenvolver a noção de “colonialidade de gênero”, mostra como a exploração colonial produziu hierarquias rígidas entre homens e mulheres, especialmente no que se refere às populações racializadas. Essa leitura ajuda a compreender a fala de uma entrevistada no documentário, que afirma que “muitos homens que frequentam os bares acham que só porque pagaram um refrigerante, já podem fazer o que quiser com a gente”.

Diante dos relatos, fica evidente que mulheres chegam aos garimpos acreditando que vão exercer funções como cozinheiras ou lavadeiras, porém acabam pressionadas à prostituição como única forma de garantir a sobrevivência. Essa lógica, sustentada por vulnerabilidades econômicas, ausência de opções e naturalização da exploração, transforma o corpo feminino em moeda de troca.

Essa dimensão mercantilizadora é ainda mais evidente quando o documentário mostra mulheres que, após terem sido exploradas, passam a ocupar o lugar de exploradoras. Por volta de 13 minutos e 13 segundos, surge o depoimento de uma jovem de 24 anos que afirma ter “vencido no garimpo” ao abrir um bordel com o dinheiro acumulado na prostituição. A narrativa é retomada aos 6 minutos e 3 segundos, com Natália, que comenta sobre seu aparente sucesso: “Eu consegui juntar dinheiro, comprar minhas coisas, ajudar minha família, e hoje eu tenho o meu próprio negócio.” Essa fala continua em 17 minutos e 52 segundos, quando, em tom de resignação e pragmatismo, ela reforça a lógica do sistema que agora administra. “O ouro na minha vida significa prosperidade. Eu não me importo com o que os outros falam de mim. É prostituição, que a gente está explorando gente”.

Essas falas são simbólicas porque revelam a dupla face da mercantilização dos corpos femininos: a mulher que antes era objeto de exploração passa a assumir o papel de agente explorador, perpetuando a lógica capitalista extrativista que transforma corpos em mercadorias e reduz a vida feminina a um recurso descartável, tal qual o próprio minério extraído.

Partindo dessa mesma premissa, Federici (2017) argumenta que a violência sexual tem sido historicamente utilizada como forma de dominação política e econômica, sustentando o desenvolvimento do capitalismo por meio da disciplina dos corpos femininos. No contexto minerador, essa lógica assume contornos ainda mais perversos, onde a mulher passa a ser vista como recurso acessório ao empreendimento econômico, reproduzindo a mesma racionalidade que extrai e descarta o minério e os rejeitos.

Esse processo de mercantilização também pode ser interpretado a partir da noção de “economia sexualizada” discutida por Ondjango Feminista (2020), que aponta como a presença de grandes empreendimentos mineradores contribui para transformar mulheres e meninas em serviços disponíveis no mercado local. Essa visão reforça a tese de que os corpos femininos são reduzidos à condição de recurso econômico, a exemplo do próprio território. No entanto, ao contrário da ideia de escolha individual, o documentário evidencia que a prostituição aparece quase sempre como ausência de alternativas, reafirmando a tese de Federici (2017) de que a violência sexual funciona como instrumento de disciplinamento e controle das mulheres, garantindo a continuidade do sistema capitalista.

Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) indicam que, em áreas de garimpo ilegal na Amazônia, cerca de 30% das mulheres acabam envolvidas em atividades sexuais coercitivas. Essa estatística reforça a tese central do documentário, no qual o corpo das mulheres é apresentado como território explorado, marcado por ausência de escolha e de proteção. O modelo do documentário, sua câmera silenciosa, suas escolhas de montagem, o uso do tempo e da fala, da música reforça a crítica. O documentário se posiciona não só como denúncia, mas como questionamento da ideia de que a prostituição possa ser vista como caminho para abrir os olhos da sociedade. E ao contrário, também pode mostrar que o sucesso individual, nesse contexto, depende da continuidade da exploração coletiva.

Nesses contextos, o consentimento está profundamente contaminado por uma estrutura de opressão que redefine o significado de “escolher”, e reforça não apenas a desigualdade de gênero, mas também a racialização da exploração, já que mulheres indígenas, negras e periféricas aparecem como as mais atingidas por tais práticas.

4.3 A ausência de políticas públicas e a omissão do Estado:

A violência contra mulheres em regiões mineradoras não pode ser dissociada da omissão do Estado e da insuficiência de políticas públicas voltadas à proteção e promoção de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e adolescentes, incluindo a proteção contra toda forma de violência, exploração e negligência. No entanto, como observam Stolz e Blanco (2024), a realidade nos territórios minerados é marcada por uma profunda contradição: ao mesmo tempo em que o Estado concede autorizações para a exploração mineral, ignora as consequências sociais que recaem sobre as populações locais, especialmente sobre mulheres e meninas como no relato a seguir.

Um dos trechos mais emblemáticos do documentário acontece por volta de 12 minutos e 10 segundos, com o depoimento da Dayane. Filmada em plano fechado, com a câmera fixa em seu rosto e sem trilha sonora, a imagem transmite a gravidade do que ela conta. Dayane compartilha que foi levada ao garimpo aos 12

anos, junto com outras meninas de 13 e 15 anos, por uma mulher que conheceu na beira da estrada, em Itaituba. No começo, trabalhou na cozinha, mas não demorou para entender o que realmente acontecia naquele ambiente. Ela revela que presenciou o assassinato de uma menina de 13 anos, morta por uma cafetina. Essa cena traumática marcou seu início no garimpo. Logo mais, aos 17 anos, após a morte do seu marido e com uma dívida de R\$ 8 mil reais para pagar o enterro, Dayane volta ao garimpo e se prostitui para conseguir o dinheiro.

Relatos como este aparecem em todo o documentário, quando as mulheres contam a idade que chegaram aos territórios minerados. E episódios como este só são possíveis dada a negligência institucional, o papel omissivo do Estado em fiscalizar e intervir sempre que necessário nestes espaços.

Essa negligência estatal se insere em um padrão histórico de omissão. Stolz e Blanco (2024) demonstram que projetos mineradores na América Latina frequentemente são autorizados sem que haja políticas compensatórias efetivas, transferindo os custos sociais para as populações locais, em especial mulheres e crianças. No caso brasileiro, a ausência de políticas públicas se articula com a seletividade institucional: enquanto há forte aparato jurídico e administrativo para viabilizar a exploração mineral, a proteção das populações atingidas permanece relegada ao improviso ou a programas frágeis e descontínuos. O depoimento de Dayane, mostrado no documentário, reforça essa contradição, pois sua trajetória evidencia como a vida de meninas é negociada em territórios onde o Estado se ausenta, permitindo que a violência seja incorporada como parte da economia mineradora.

Ao se abster, o Estado abre espaço para que práticas como a prostituição infantil e o tráfico sexual se consolidem como parte da economia local. Miranda (2006) reforça que cabe ao Conselho Tutelar identificar crianças em situação de exploração ou violência e encaminhá-las para a rede de proteção, mas, na prática, a falta de recursos, fiscalização e integração entre órgãos governamentais inviabiliza a efetivação desse direito, principalmente nesses espaços. A ausência de políticas públicas consistentes cria, portanto, um ciclo de vulnerabilidade em que as mulheres permanecem expostas à violência, sem acesso a meios eficazes de denúncia, proteção e justiça. A omissão estatal não apenas perpetua as desigualdades, mas também legitima a lógica da exploração ao deixar à mercê essas mulheres como sujeitos de direitos.

4.4 Narrativas e experiências de resistência das mulheres:

Apesar do cenário de exploração e invisibilidade, as mulheres não ocupam exclusivamente o lugar da vítima, mas também o de resistência ativa. O documentário de Negromonte (2023) também dá visibilidade a essa dimensão, ao mostrar mulheres que, apesar das violências sofridas, encontram formas de sobreviver e resistir. Algumas recorrem à denúncia pública, outras se organizam coletivamente em redes informais de apoio.

Jenkins (2014) mostra que muitas mulheres têm se engajado em movimentos sociais, denunciando abusos e reivindicando direitos, ainda que enfrentem silenciamento e criminalização. Gutiérrez Aguilar (2014) reforça essa leitura ao destacar o conceito de comunalidade como prática de resistência, em que mulheres constroem redes de cuidado, solidariedade e apoio mútuo nos territórios afetados pela mineração.

As práticas de resistência não se limitam às denúncias individuais, mas também se expressam na construção de redes comunitárias que rompem com a

lógica do isolamento. Gutiérrez Aguilar (2014) argumenta que, nesses cenários, a comunalidade emerge como ferramenta política, permitindo que mulheres se apoiem mutuamente diante das múltiplas violências. O documentário, ao destacar as vozes dessas mulheres, reforça a importância de enxergar o protagonismo feminino não apenas como resposta às violências vividas, mas como movimento ativo de reconfiguração das relações de poder.

Essa resistência, ainda que fragmentada, tem papel fundamental na desconstrução das narrativas hegemônicas que apresentam as mulheres apenas como “acessórios” da atividade mineradora. Ao contrário, revelam sua centralidade na luta por dignidade, justiça social e transformação dos territórios. Nesse sentido, as narrativas de resistência não apenas denunciam a violência estrutural, mas também apontam caminhos para a construção de alternativas políticas e sociais que considerem as especificidades de gênero e raça nos debates sobre mineração e desenvolvimento.

5. Conclusão e Contribuições:

A presente pesquisa é fruto de um trabalho de conclusão de curso e teve como objetivo analisar os impactos invisíveis da mineração nos arredores de locais interioranos, com ênfase na exploração sexual e na vulnerabilidade das mulheres nesses contextos. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica que discute a interseção entre gênero, mineração e violência. E utilizamos a técnica ATR para analisar os dados coletados a partir do documentário selecionado.

A partir da análise desenvolvida, conclui-se que a mineração, apesar de ser amplamente associada ao progresso econômico e ao desenvolvimento regional, está interligada ao aprofundamento das desigualdades sociais e à intensificação da violência de gênero. O estudo evidenciou que, em contextos mineradores, sobretudo na Amazônia e em cidades de Minas Gerais, mulheres e crianças tornam-se alvos preferenciais de exploração sexual, assédio e violência psicológica revelando um padrão estrutural de opressão sustentado por relações patriarcais, racistas e capitalistas.

O documentário “*Sexo, ouro e violência: a perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia*” (2023) mostrou de forma contundente que a ausência do Estado e a negligência de políticas públicas criam um ambiente onde a violência se naturaliza e os corpos femininos passam a ser tratados como mercadorias. Essa análise foi reforçada pelo diálogo com autoras como Maria Lugones (2007), Katy Jenkins (2014), Kuntala Lahiri-Dutt (2011) e Silvia Federici (2017), que demonstram como a colonialidade de gênero e a divisão sexual do trabalho sustentam a mercantilização dos corpos femininos.

Constatou-se, ainda, que essa violência não se limita ao ambiente amazônico, mas também marca tragicamente territórios minerados em Minas Gerais, como Mariana e Brumadinho, onde os desastres socioambientais expuseram a vulnerabilidade feminina e a negligência institucional. Em ambos os contextos, o que se observa é a convergência de pobreza, racismo, ausência de fiscalização e omissão estatal, criando um ciclo de violação sistemática de direitos humanos.

Além disso, é importante destacar que a violência contra mulheres em regiões mineradas não se sustenta apenas pela presença de trabalhadores migrantes ou pela lógica econômica do garimpo, mas também pela forma como a sociedade, a mídia e o próprio Estado tratam essas realidades. A ausência de campanhas públicas, de fiscalização efetiva e de políticas sociais direcionadas gera um ciclo de invisibilidade, no qual os relatos das vítimas são silenciados ou desacreditados.

Como apontam Chaves e César (2019), esse silenciamento histórico não apenas apaga as vozes femininas, mas também reforça estigmas que culpabilizam as próprias mulheres pela exploração que sofrem. Ao mesmo tempo, a mídia contribui para distorcer a percepção pública, ora romantizando a figura da empreendedora do garimpo, ora criminalizando as mulheres que recorrem à prostituição por falta de alternativas, reforçando uma narrativa que legitima as desigualdades de gênero. Esse apagamento sistemático revela que o problema não é apenas econômico ou ambiental, mas estrutural e político, pois envolve a convivência de diferentes instituições sociais na manutenção da exploração sexual como uma consequência inevitável do extrativismo.

Apesar desse cenário, o estudo também destacou as narrativas de resistência protagonizadas pelas mulheres, que, por meio de denúncias, movimentos sociais e redes de solidariedade, se colocam como agentes de transformação. Essa dimensão reforça a importância de vê-las não apenas como vítimas, mas como protagonistas na luta por dignidade, justiça social dos territórios minerados.

Dessa forma, este trabalho contribui para ampliar a visibilidade sobre a exploração sexual e a vulnerabilidade de mulheres e crianças em regiões mineradoras. Ao proporcionar essa reflexão no âmbito acadêmico apontamos uma das mazelas sociais em que temos, pois a lei não é o suficiente para garantir a prática, no qual reafirmamos a necessidade urgente de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos humanos e enfrentem as desigualdades de gênero.

Ao problematizar essas questões no campo dos estudos organizacionais, a pesquisa aponta que a mineração não deve ser entendida apenas em seus impactos econômicos, mas também como fenômeno social que transforma corpos, comunidades e relações de poder, e sobre essas temáticas que buscamos avançar com esse artigo.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMSSON, C. et al. Mining, gender and development: critical perspectives. *Journal of Cleaner Production*, v. 345, p. 118–129, 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Edição 2025. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

ARELLANO-YANGUAS, J. Inequalities in mining and development in Latin America. *The Extractive Industries and Society*, v. 6, n. 2, p. 413–421, 2019.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRAUN, V.; CLARKE, V. *Thematic analysis: a reflexive approach*. London: Sage, 2014.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

CALDEIRA, A.; ROCHA, M. Mulheres, mineração e vulnerabilidade social: estudos de caso em Minas Gerais. Ouro Preto: UFOP, 2023.

CHAVES, A.; CÉSAR, A. Mulheres invisibilizadas na Amazônia: patriarcado, racismo e desigualdade. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 15, n. 2, p. 201–220, 2019.

FEDERICI, S. O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. Horizontes comunitários-populares: produção de vida além do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2014.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Mulheres na mineração: dados e perspectivas. Rio de Janeiro: Ibase, 2016.

ISA – Instituto Socioambiental. Relatório sobre os impactos da mineração em comunidades amazônicas. Brasília: ISA, 2022.

JENKINS, K. Women, mining and development: an emerging research agenda. *The Extractive Industries and Society*, v. 1, n. 2, p. 329–339, 2014.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Paris: La Découverte, 2009.

LAHIRI-DUTT, K. Gendering the field: towards sustainable livelihoods for mining communities. Canberra: ANU Press, 2011.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*, n. 6, p. 73–102, 2007.

MACEDO, M. et al. Trabalho e gênero na mineração brasileira: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 91–108, 2012.

MALOMALO, M. Economias sexuais e mineração: uma análise crítica. *Revista de Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, 2020.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIRANDA, A. P. M. de. Violência sexual contra crianças e adolescentes: o papel do Conselho Tutelar. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, v. 16, n. 2, p. 65–72, 2006.

MONTENEGRO, A. Trabalho e capitalismo dependente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

NEGROMONTE, J. Sexo, ouro e violência: a perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia. [Documentário]. Brasil: Fiocruz Amazônia, 2023.

QUIRINO, T. Gênero e trabalho na mineração: um estudo comparativo. Revista de Administração Contemporânea, v. 15, n. 4, p. 99–117, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVA, J. Vulnerabilidade feminina em territórios minerados de Minas Gerais. Ouro Preto: UFOP, 2024.

SOUZA, A.; FERRAZ, C. Capitalismo, gênero e divisão sexual do trabalho. Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 1, p. 33–51, 2023.

THAIS, C.; SCHREIBER, M. Sexo, ouro e violência: a perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia. [Documentário]. Direção de Thais Carrança e Mariana Schreiber. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>.

Nota de Fim

Quadro 1: Ficha Técnica do Documentário

Ficha técnica do documentário			
Repórter:	Thais Carrança	Edição/Direção	Ali Farahani
Imagens:	Getty lages, Pond5	Editora Chefe:	Fiona Crack
Direção:	Emma Ailes	Editor Executivo:	Claire Williams
Finalização/ Produção em campo:	Mariana Schreiber, Blanca Munoz		
Arte:			

Fonte: [Sexo, ouro e violência: a perigosa vida das mulheres nos garimpos da Amazônia - BBC News Brasil](https://www.bbc.com/portuguese)